



Exploração da terra do índio divide as opiniões

O GLOBO

BRASILIA — O relator da subcomissão dos Negros, Populações Indígenas, Pessoas Deficientes e Minorias, Deputado Alceni Guerra (PFL-PR), está apostando no peso de sua condição de ser o primeiro Vice-Líder do PFL para garantir a aprovação de seu anteprojeto no plenário da Assembleia Constituinte.

Para ele, os maiores adversários de sua proposta serão os conservadores do PMDB, que já deram uma demonstração de suas intenções fazendo diversas emendas ao texto que apresentou principalmente no que se refere a proibição de exploração do subsolo das terras indígenas por empresas privadas.

Mas acredita na aprovação de seu anteprojeto pelo baixo número de emendas apresentadas. Para evitar radicalizações, convidou a todas as entidades representativas e aos parlamentares que fazem parte de sua subcomissão para alterarem em conjunto os itens que necessitassem de modificações.

O relator, em seu anteprojeto, prevê a necessidade de aprovação por parte do Congresso Nacional, e das populações indígenas, para que as riquezas minerais contidas nas terras dessas populações sejam exploradas. Quem mais apresentou emendas, tentando reverter esse dispositivo, foi o Deputado Nilson Gibson (PMDB-PE), que não faz parte da Comissão da Ordem Social.

TEMAS POLEMICOS

- Exploração do subsolo indígena
- Modificação das leis trabalhistas
- Estatização da indústria farmacêutica

Na subcomissão dos Direitos dos Trabalhadores e Servidores Públicos, a briga mais intensa será travada durante os trabalhos da Comissão Temática. Pelo menos é o que esperam os parlamentares ligados às entidades patronais. Esta é a opinião do deputado Max Rosemann (PMDB-PR), que reclama da subcomissão ter em sua maioria constituintes ligados a entidades sindicais. Segundo ele, esses parlamentares se uniram num bloco para aprovar dispositivos consensuais entre todas as centrais sindicais e tiveram a coordenação do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP).

Max pretende apresentar 46 pedidos de destaques para a votação em separado, independentemente da aprovação do parecer do relator, Deputado Mário Lima (PMDB-BA). Para o Senador Ronan Tito (PMDB-MG), a radicalização acabará evitando que medidas importantes para os trabalhadores sejam aprovadas.

Na subcomissão da Seguridade, Saúde e Meio Ambiente, os representantes das empresas privadas de medicamentos estão dispostos a rejeitar o anteprojeto do relator, Deputado Carlos Mosconi (PMDB-MG). Segundo o Adylson Motta (PDS-RS), a principal restrição apresentada ao anteprojeto é a estatização excessiva da produção de medicamentos. A maior dúvida de Motta é a possibilidade de se indicar um novo relator caso o anteprojeto de Mosconi seja inteiramente rejeitado.

24 MAI 1987